

Lincoln de Abreu Penna

**MODECON 30 ANOS**  
*Sempre em Defesa da Soberania  
Nacional e Popular*

ERA

LETRACAPITAL

DE LINGUAGEM

2019

## Apresentação

No Brasil, só há dois partidos: o de Tiradentes e o de Silvério dos Reis. O que não transige com o interesse do Brasil e o que atrela o destino do Brasil ao destino de uma nação estrangeira.

Barbosa Lima Sobrinho

O Movimento em Defesa da Economia Nacional (MODECON) completa 30 anos de existência, criado que foi em 4 de setembro de 1989 por um grupo de patriotas tendo à frente o então presidente da ABI, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho e membros da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) representados pelo deputado Oswaldo Lima Filho. Desde essa data até o presente momento, o MODECON tem sido uma trincheira de resistência frente às investidas contra às liberdades públicas, à democracia e os apetites antinacionais movidos por interesses alheios aos do povo brasileiro.

Não se poderia deixar passar em branco essa efeméride, sobretudo num momento como o que vive o País, em meio a políticas que tentam agredir o patrimônio nacional, seja nas áreas ambientais e culturais, como nas que envolvem ativos importantes para a economia e as relações com nações que integram a comunidade continental e internacional. Daí a lembrança dos tempos que precederam a iniciativa de sua criação, quase um ano após a promulgação da Constituição de 1988, de modo a dar provimento às teses que emanam dos seus artigos e do caráter democrático que presidiu sua elaboração.

Aos amigos, companheiros dessa luta permanente pela da soberania nacional e popular, pois ambas são indissociáveis como bem salientou o historiador Nelson Werneck Sodré, esperamos que esse registro venha a manter unidas as forças que no nosso passado recente promoveram ações na direção das conquistas no plano econômico, e sobretudo nos sociais e políticos, com vistas a minimizar a imensa desigualdade entre os brasileiros. Se essa memória dos momentos escolhidos aleatoriamente para ilustrar essa publicação servir para despertar novas e mais consequentes conquistas, estaremos todos nós do MODECON plenamente satisfeitos.

Biografia sucinta do Fundador do MODECON:

Barbosa Lima Sobrinho, O Republico.

Talvez alguém haja que não goste do título que tomei, e menos da epígrafe: não importa. A significação simples e natural da palavra – Republico – suficientemente mostra que eu só desejo o bem público.

Esta frase se encontra no primeiro número do jornal O Republico, de Antônio Borges da Fonseca, que foi publicado em dois de outubro do ano de 1830. Mas bem que poderia ter sido escrita por Barbosa Lima Sobrinho, uma vez que ela sintetiza o conjunto da obra deste brasileiro, pernambucano e defensor intransigente do regime republicano, através de seus escritos e de suas ações públicas.

Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho nasceu em 22 de janeiro de 1897, em Recife, Pernambuco. Seu pai, Francisco Cintra Lima, era tabelião e sua mãe Joana de Jesus Cintra Barbosa Lima, compunham uma família clássica de classe média. No ano de seu nascimento ocorreria em novembro o famoso atentado à vida do presidente Prudente de Moraes, em cujos desfechos muitos radicais da República, florianistas, jacobinos e políticos de cunho anti-oligárquicos iriam ser arrolados num processo. Dentre eles seu tio a quem tinha herdado o nome.

Assistiria em sua pré-adolescência o predomínio da oligarquia paulista, e mais adiante, a partir do acordo com os oligarcas mineiros a constituição de uma aliança que perduraria até o fim dos anos de 1920, a conhecida aliança café com leite. Ainda adolescendo, em 1911, daria início às atividades literárias no jornalismo da escola ao colaborar com o seu jornal A Verdade.

O gosto pela escrita e a euforia de ver seu nome impresso nas páginas do periódico escolar o levaria a irresistível vontade de dar continuidade àquela experiência juvenil. Anos mais tarde, com quinze anos de idade, enviaria artigos para o jornal A Província, de Recife. Os tempos eram inquietantes, pois o mundo estava em guerra, e muito embora os efeitos imediatos do conflito europeu não se fizessem presentes no país, o noticiário da grande imprensa voltava-se para o que ocorria no Velho Mundo.

Pouco depois, aos dezesseis anos matriculara-se na Faculdade de Direito de Recife, colando grau em 1817, então com apenas 20 anos de idade. O curso de Ciências Jurídicas e Sociais era um dos mais respeitados do Nordeste. Lá adquiriria erudição e conhecimento jurídico a cargo de docentes de sólida

formação. Com isso não tardaria a desempenhar cargos públicos, como o de promotor de Recife, sem, contudo, deixar de lado a sua paixão pelo jornalismo.

Colaborou nos principais jornais da capital pernambucana, como já foi salientado anteriormente, e fundaria uma coluna por ele assinada, a “Crônica de Domingo”. Não satisfeito em manter-se na dupla atividade de promotoria e do jornalismo, não dispensava convites para escrever em outros jornais, tendo assinado artigos para a Gazeta, de São Paulo, para o Correio do Povo, de Porto Alegre, e a Revista Americana, na Revista de Direito, além do Jornal do Comércio, todos do Rio de Janeiro.

Não demoraria muito, e Barbosa Lima Sobrinho iria mudar-se em definitivo para a capital da República, no ano de 1921, quando contava com 24 anos. Moço e já inteiramente voltado para o jornalismo, iniciaria a sua longa colaboração com o Jornal do Brasil, no qual ocuparia vários cargos dentro desta empresa jornalística, culminando com a assinatura da primorosa coluna “Coisas da Política”, no ano de 1927.

Um ano antes, em 1926, com apenas 29 anos de idade, foi eleito pela primeira vez presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). A sua gestão foi importante por ter tido a oportunidade de unificar a categoria fortalecendo, assim, a representação profissional dos que trabalhavam no jornalismo. Retomava, dessa maneira, uma das bandeiras de Gustavo de Lacerda, fundador mais destacado da então Associação de Imprensa, antes de se acrescentar finalmente a palavra Brasileira em sua sigla.

Enquanto isso observava atentamente o processo político, particularmente o movimento que decretaria o fim da Primeira República, com a vitória dos participantes da então denominada Revolução Liberal em 1930. A multiplicidade de tarefas aludidas antes ao longo da trajetória de Barbosa Lima Sobrinho apresentou-se pela primeira vez quando presidia a ABI e ao mesmo tempo escrevia a primeira história da Revolução que marcaria uma nova etapa na vida política da República.

Com a realização das eleições de 1934, depois de vencida a crise provocada pela Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, e eleito Deputado Federal pela legenda do Partido Social Democrático (PSD), chegou a liderança deste partido. Mas, com o golpe de 10 de novembro de 1937, que instituiu um regime ditatorial, Barbosa Lima Sobrinho é forçado a se afastar das lides políticas.

É, nesse mesmo ano de 1934, eleito para a Academia Brasileira de Letras. Nesta entidade passa a conviver com intelectuais sobressaindo-se entre eles. Todavia, a sua devoção à vida pública o levaria a exercer o cargo de presidente do

Instituto do Açúcar e do Alcool, o IAA, em 1938, no qual permaneceu até 1945. A propósito, acompanhou com muito interesse as primeiras experiências da utilização do álcool como combustível automotor.

A redemocratização iniciada logo após a queda do regime do Estado Novo, em 1945, coincidindo com o fim da Segunda Grande Guerra, encontrou Barbosa Lima Sobrinho empenhado na reconstituição do seu partido. O PSD havia criado ramificações em todo o território nacional, o que o transformou no primeiro partido de âmbito nacional, com representações políticas e partidárias em quase todos os estados da federação. Na primeira eleição com vistas à criação da Assembleia Nacional Constituinte elegeu-se com a tarefa de dotar o país de uma nova Carta Magna, já que em vigor se encontrava a de 1937, outorgada pelo golpe que implantaria o regime ditatorial do Estado Novo.

Em 1948, renuncia a condição de Deputado Federal para assumir o governo de Pernambuco, eleito que fora, e no qual cumpriu o seu mandato até o ano de 1951. Em sua gestão, abriu estradas ligando a capital ao interior do estado, promoveu a urbanização em toda a capital, adotou um programa de assistência aos trabalhadores, inaugurou a Faculdade de Filosofia e a Escola Superior de Veterinária, foram criadas escolas, hospitais e postos de puericultura, saindo bem sucedido de seu governo empreendedor e é nomeado Procurador do Distrito federal.

Suas atividades políticas voltadas para o interesse público não o desviaram de seus contatos com os seus colegas imortais, tendo sido, em 1952, eleito por seus pares, Secretário Geral da Academia Brasileira de Letras (ABL), tornando-se ano seguinte o seu Presidente. Até 1958 permaneceu na presidência, quando foi de novo eleito Deputado federal, manteve-se ativo tanto na ABL quanto no jornalismo, em sua já renomada coluna do JB.

Antenado com os rumos de uma política na qual a defesa da soberania nacional passava pela luta em prol dos recursos e riquezas do país, passou a integrar a legenda do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Como representante deste Partido destacou-se como membro da Comissão de Justiça apresentando pareceres contrários a concessões ao capital estrangeiro e à remessa de lucros.

Em consequência de sua atitude firme contra os monopólios, participaria, em 1960, da elaboração do Código Nacional de Telecomunicações e, dando continuidade aos seus esforços em defesa dos interesses nacionais, em 1962, participou ativamente do projeto de regulamentação que originou a Lei de Remessa de Lucros, cuja reação dos setores pró-imperialistas foi capital para que o governo do presidente João Goulart fosse apeado do poder através de golpe de estado, que o escritor católico Gustavo Corção qualificaria como a Contra

Revolução necessária em face do crescimento das correntes nacionalistas e populares.

O golpe de 1964 transformaria o liberal e defensor de teses nacionalistas e progressistas num autêntico e destemido democrata. Sem titubear, passaria a assumir a defesa das liberdades democráticas com o mesmo empenho e patriotismo das causas que anteriormente havia sustentado. Estava ele convencido do caráter ditatorial e antipatriótico do movimento que se fazia passar por uma “revolução democrática” usando, para tanto, do velho expediente do anticomunismo que grassava o país imerso na Guerra Fria que assolara o continente Latino americano, sobretudo após a vitória da Revolução Cubana em janeiro de 1959. Opositor do regime instaurado em abril daquele ano, interrompendo o governo legal de João Goulart, passaria a ser uma das vozes em defesa dos direitos humanos, cuja violação se tornou recorrentes nos governos militares.

Seus artigos durante a vigência da ditadura só têm algum paralelo, em termos de sábia redação, aos que foram escritos pelo também jornalista Carlos Castelo Branco, em sua coluna do Jornal do Brasil, mesmo órgão que mantinha a colaboração permanente e sempre lúcida do doutor Barbosa. Neles ambos conseguiam driblar a censura e fornecer ao leitor ávido de uma abordagem mais inteligente e arguta dos acontecimentos as informações que buscava e muito raramente encontravam nas páginas da imprensa brasileira amordaçada, silenciada ou ainda, em certos órgãos da imprensa, completamente cúmplice da situação, seja pelo receio de represálias ou pela tibieza excessiva de quem era responsável pelo noticiário político do país.

Essa atitude altaneira ele a expôs em diversos momentos, o que o levaria a se associar à oposição democrática, que no ano de 1974 resolveu lançar uma “anticandidatura”, tendo em vista a impossibilidade de efetivamente concorrer no Colégio Eleitoral do regime de modo a vencer as eleições. Mas a peregrinação pelo país afora dos candidatos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), legenda tolerada pelo regime, Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, cujas candidaturas respectivamente à presidente e a vice empolgaram as forças que se batiam contra o regime, criou embaraços para os militares e os seus aliados.

Dez anos depois do golpe, começava o lento e duro retorno à democracia, a rigor somente concluído com a promulgação da Constituição de 1988, quatorze anos depois, e, naturalmente, a convocação para a eleição presidencial direta no ano seguinte, a primeira depois de vinte e nove anos. Ele se encontrava de novo na presidência da ABI a comandar uma das frentes de resistência à ditadura.

Na condição de presidente da mais importante entidade dos jornalistas participou do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, e destacou-se na campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Nesta ocasião, costumava dizer que tinha sido o mais moço presidente da entidade que presidia, a ABI, nos anos de 1920, e agora o mais velho presidente da entidade. Na verdade, esse elo entre o mais novo e o mais velho simboliza o limiar e a maturidade de uma história de lutas em prol de valores fundamentalmente democráticos porque republicanos. Sua imagem de grande defensor da democracia que via renascer com força para ficar, como queria, era reconhecida por todos os movimentos sociais.

Assim, em 1983, foi eleito por aclamação presidente do Conselho Brasileiro de Defesa da Paz (CODEPAZ), que tinha na presidência o linguista, dicionarista e destacado intelectual Antônio Houaiss, bem com participou de inúmeras reuniões a chamado das forças políticas e sociais que buscavam a ampliação das conquistas democráticas.

O compromisso com a restauração das liberdades passou a definir Barbosa Lima Sobrinho como o esteio de uma campanha que foi pouco a pouco mobilizando as consciências populares. Apesar de sua idade avançada peregrinou, desde a chamada anticandidatura até a constituinte de 1987-1988, já nesta altura nonagenário, pelas principais capitais brasileiras num ritmo frenético acionado somente por sua convicção democrática e libertária. Cansado, porém satisfeito, assim dizia às pessoas que o indagavam sobre a possibilidade de dar continuidade as seguidas reuniões, pois sua presença era reclamada por todos que o tinham realmente como símbolo de uma luta pacífica e honrada.

Logo após a promulgação da Constituição, em cinco de outubro de 1988, Barbosa Lima Sobrinho foi procurado pelo ex-deputado da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) Osvaldo Lima Filho para que fosse rearticulada a luta em defesa da economia nacional, mais do que nunca necessária naqueles tempos de redemocratização. Surgiria, então, o Movimento em Defesa da Economia Nacional (MODECON), a quatro de setembro de 1989, pouco antes da primeira eleição direta após a vigência da ditadura. A ideia de movimento tinha o propósito de dar à nova entidade um caráter de permanente mobilização e debate sobre temas do interesse nacional.

Afinal, vivia-se à época um momento de grandes expectativas com o retorno das eleições diretas para presidente da República e a consolidação democrática no ano seguinte à Constituição democrática de 1988. Barbosa Lima Sobrinho passaria a receber ainda mais entusiasticamente a visita frequente de políticos progressistas, e cidadãos que haviam se empenhado na reconquista das liberdades democráticas.

As reuniões do MODECON davam-lhe a certeza de que o seu papel durante a campanha pela restauração do estado de direito democrático não tinha sido em vão. E o exemplo do quanto fora importante a arregimentação e organização do povo ele ainda daria por ocasião da política de privatização empreendida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, quando à frente de seus companheiros esteve pessoalmente na manifestação à porta da então Bolsa de Valores do Rio de Janeiro enfrentando a truculência da repressão para lá enviada pelo governo.

Mas as suas batalhas no campo das ideias eram levadas adiante com atitudes de desassombro como as que tiveram ocasião de assumir naquele episódio da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Apesar de enfrentar uma situação de enfrentamento entre manifestantes e as tropas policiais, que nessas ocasiões, em função das tensões, costumam agir de forma violenta, portou-se com a dignidade de sempre na altura de seus noventa e tantos anos.

E essa disposição ele a manifestava também no campo das ideias, quando expressou de forma magistral a sua mais pungente e doutrinária sentença ao dizer que o pressuposto da democracia é a igualdade. Legalista, constitucionalista, era, no entanto, um ardoroso defensor da sociedade democrática, aquela que se fundamenta no direito de partilhar bens e valores a todos, sem distinção de espécie alguma. Neste sentido, foi um democrata radical, sem extremismo. Em seu comportamento afável e respeitoso para com os seus interlocutores sabia defender suas convicções com firmeza.

Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho foi um dos intérpretes de Brasil, um dos muitos títulos que poderia ser aplicado a ele, pois ao explicar em seu livro A Revolução de Outubro de 1930 o significado daquele movimento civil e militar que decretaria o término da Primeira República demonstrou sua inegável capacidade interpretativa.

Ao sustentar que o movimento vitorioso foi fundamentalmente um movimento de classe média, aquele segmento social que emergira nos primórdios do regime republicano e ganhara densidade ao longo dos anos que se seguiram à Grande Guerra (1914-1918), o jovem autor daria início a uma de suas principais facetas, a de dar sentido às crises políticas que o país conheceria doravante.

Mais do que um intérprete de seu tempo – na verdade iniciou também uma abordagem de fatos coetâneos, numa perspectiva que hoje é qualificada de “História do Presente”- revelou-se um escritor, alguém que conseguia transmitir informações e conhecimento acerca de nossa gente e de nossos costumes. E mais do que isto, identificou-se com o povo e suas manifestações em busca de justiça, liberdade e trabalho digno.

A presença da classe média na política já tinha sido objeto de análise por Virgínio Santa Rosa, que escreveu o pequeno e pioneiro livro sobre a matéria, intitulado O Sentido do Tenentismo. Tal como Barbosa ele tinha diagnosticado no calor da hora, isto é, imediatamente aos fatos que desencadearam o movimento tenentista, a forte influência dessa classe social nos acontecimentos.

Ambos, por certo, foram influentes leituras para os historiadores que escreveriam seus livros tendo o Brasil como objeto de investigação, como fora o caso de Nelson Werneck Sodré, o mais talentoso e dedicado autor de obras tendo os militares como protagonistas. Este autor, por sinal, não só menciona essas duas contribuições para a nossa história, a de Santa Rosa e a de Barbosa Lima Sobrinho, como não nega a importância delas para o desenvolvimento posterior de sua monumental obra histórica.

Com vinte e seis anos de idade, o jovem jornalista Barbosa Lima Sobrinho lançava o seu primeiro livro de conteúdo político, O Problema da Imprensa. Corria o ano de 1923 e nele a tensão política causada pela primeira revolta dos tenentes. A habilidade no trato das questões vinculadas ao direito de informação, à liberdade das ideias, misturava-se com o surgimento de entidades e movimentos que iriam mobilizar a opinião pública do País.

Nesse ano de 1923 já funcionavam a Seção Brasileira da Internacional Comunista, com o seu partido fundado no ano anterior, o Partido Comunista do Brasil, as repercussões da Semana de Arte Moderna de São Paulo, e as pregações do Centro Dom Vital, ambas as iniciativas de correntes de opinião cuja circulação dessas ideias novas necessitava de uma imprensa livre, capaz, por isso mesmo, de dar curso a ideários e concepções doutrinárias num país ainda arredo a tais liberdades.

Foi no ano de 1916 que Barbosa Lima Sobrinho começou a escrever para as folhas periódicas. O início aconteceu ainda em sua terra natal no Diário de Pernambuco, depois no Jornal Pequeno, em seguida no Jornal de Recife, para finalmente manter-se fiel ao seu mais longo abrigo na imprensa, quando a partir de 1921 passou a escrever para o Jornal do Brasil. Seus textos alcançavam o leitor pela maneira sóbria e ao mesmo tempo contundente de dizer às coisas que se passavam nas relações entre Estado e Sociedade.

Jamais se furtou de dizer o que considerava ser necessário, alertando, afirmando princípios, analisando fatos e, sempre que preciso, denunciando situações incompatíveis para um regime e uma sociedade republicanas. E desde então e ao longo de mais de meio século seu nome e sua opinião sobre a realidade brasileira tornaram-se sinônimos de coerência, retidão e a mais pura devoção aos valores da liberdade e da democracia.

Mas a facilidade de Barbosa Lima Sobrinho de concatenar e articular os fatos de modo a ser igualmente considerado um historiador de mão cheia, ele a desenvolveu nos seus escritos jornalísticos, seja exercitando análises de conjuntura acerca de situações a exigirem reflexões, ou tecendo considerações a prováveis desdobramentos dessas mesmas situações. A fina e elegante maneira de dar tratamento aos fatos sem a paixão exacerbada dos posicionamentos ideológicos e partidários mais aferrados a essas concepções ideológicas o fez destacar-se entre os mais importantes escribas de nosso jornalismo político, independente e inteligente.

Ao evocar a sua condição de patriota ele o fazia de tal forma a contagiar o leitor ávido de opiniões ao mesmo tempo sensatas e decididas. Não importa o teor das matérias sobre as quais opinava, pois em qualquer circunstância ele conseguia manter uma interlocução de alto nível e com base nos mais elevados sentimentos de identidade com o País e o seu povo. Ao dizer-se integrante do partido de Tiradentes, contrariamente ao de Joaquim Silvério dos Reis, numa alusão ao mártir da independência e ao dito traidor dos conjurados mineiros de 1789, Barbosa Lima Sobrinho não poupava aqueles que se locupletavam com os recursos públicos.

Assim, combinou a dupla condição de observador da coisa pública e de cidadão participante dos interesses do País. Seus escritos demonstram a sensibilidade no tocante à primeira dessas condições, quando refletindo ou respondendo no calor da hora aos acontecimentos. Deixou inúmeros exemplos de acuidade e perseverança em defesa de postulados que sustentou ao longo da vida. No caso da segunda condição, até o final de seus dias voltou-se à defesa do que considerava mais sagrado: a soberania nacional e popular, dueto inseparável em sua trajetória de cidadão brasileiro e republicano.

Crítico contumaz dos que por interesses pessoais ou por convicções ideológicas agiam de alguma forma para comprometer o interesse público, jamais deixou de lado sua atitude civilizada no exercício do contraditório. Os que dele divergiram são reconhecedores dessa conduta exemplar, digna de quem combinou a fina formação de sua personalidade com a firmeza de suas opiniões. É este cidadão republicano é parte integrante da história política da nacionalidade e da cultura política brasileira.

Da mesma forma que já se disse que um partido político pode ser a síntese da história de um povo, um cidadão que reúna as virtudes de democrata e republicano pode e deve ser a síntese de uma cultura política voltada para o bem comum. Neste sentido, Barbosa Lima Sobrinho foi sem sombra de dúvidas um notável representante do que o povo brasileiro tem de melhor: temperança,

determinação, humor e indignação permanente diante de injustiças cometidas em nome da ordem.

Democrata, defensor intransigente dos valores republicanos, Barbosa Lima Sobrinho era acima de tudo um cidadão voltado para as necessidades do povo. Sem se deixar envolver-se com atitudes demagógicas, comuns a políticos falsamente próximos do povo, tinha a exata medida da relação com os mais necessitados. Seu estilo jornalístico era reflexo desse comportamento ao mesmo tempo ético e responsável ao lidar com os reais problemas da grande maioria da população brasileira. Seu patriotismo não era meramente protocolar. Sustentava a altivez de um povo que procurava firmar-se nacional e socialmente, num equilíbrio no qual os sentimentos de pertencimento e de oportunidades se completassem para fazer dessa conjugação uma verdadeira nacionalidade. Neste sentido, dizia:

Progresso e independência é, assim, a fórmula que nos parece essencial à grandeza do país, se desejamos realmente um Brasil para os brasileiros e não apenas uma peça qualquer, enquadrada no jogo e nos cálculos do capital estrangeiro, para a prosperidade e a grandeza dos grandes monopólios internacionais.

A ideia do progresso como condição indispensável à concretização da independência nacional era não apenas um postulado republicano, como passaria a ser uma obsessão de patriotas convencidos de que o cumprimento de um dispositivo formal, mas uma permanente disposição de manter-se independente. Para tanto, as ações voltadas para a obtenção de avanços materiais tornavam-se tão necessárias quanto o reconhecimento meramente protocolar de outras sociedades nacionais. Essa crença num destino fundado na luta em todas as fronteiras em torno da manutenção, ampliação e afirmação da independência aliada a políticas destinadas a incrementar o progresso foi também, e principalmente, um dos traços que fez projetar como homem de ideias o ainda jovem publicista do JB, em seus primeiros escritos. E essa crença não o abandonaria em tempo algum, acompanhando-o em toda a extensão de seu trabalho como jornalista. A este epíteto de reconhecimento profissional acrescenta-se o termo nacionalista.

Na década de 1930 duas efemérides foram registradas e sobre elas o nosso prezado biografado teceu suas considerações, lúcidas e oportunas. Refiro-me ao centenário da Revolução Farroupilha desencadeada em 1835 no Rio Grande do Sul e as comemorações acerca da epopeia dos Guararapes na luta contra a presença holandesa em Pernambuco. Para ambas BLS referiu-se com especial atenção ao chamar à consciência dos brasileiros algumas observações que só uma mente independente e atenta aos fatos poderia manifestar da maneira como

manifestou ao dizer que nos tempos do Brasil do século XVIII (aludindo ao caso pernambucano) não se encontraria, ainda, nenhum indício de consciência nacional brasileira. A reação contra o holandês surgiu de uma série de fatores concordantes. A ideia que dava a conquista era sempre a ideia de saque.

Em seu livro *Quando somos nacionalistas?* BLS organiza uma espécie de esquema geral da história do nacionalismo. Trata-se de um texto sucinto porque sua preocupação era o estudo da formação do nacionalismo brasileiro. E esse pressuposto básico segundo o qual para qualquer exercício público torna-se necessário a compreensão da nacionalidade ele o pôs em prática quando assumiu o governo de Pernambuco.

Na época havia grande escassez de energia elétrica, isto porque a Bond and Share era responsável pelo serviço, isto é, possuía uma concessão e se importava grandemente em auferir lucros. A ausência de uma empresa nacional que traduzisse em suas atividades o compromisso com a nação tinha sido uma prova indiscutível da importância da economia nacionalista, sobretudo para os setores estratégicos como o da eletricidade.

Como um nacionalista fervoroso, mas devotado à defesa dos interesses nacionais e populares, BLS ao mesmo tempo em que refletiu um determinado momento histórico fundado na concepção estratégica do Estado como indutor do desenvolvimento, acreditou piamente na conjunção da Nação com o Estado. Concepção que marcaria – como veremos a seguir – os dois tipos de nacionalismos do século vinte. A ideia de Nação fora muito instrumentalizada, sem dúvida, tanto por regimes fascistas como por governos populares, mas que lançavam mão de recursos populistas, contudo, no caso de BLS essa conjunção era inseparável, pois para ele não poderia haver um Estado a defender a soberania nacional sem o compromisso com as demandas da nacionalidade. E esta deveria ser entendida como um conjunto de proposições populares. No capítulo seguinte será abordada essa questão com mais profundidade.

Profundamente influenciado pelo embalo estatizante da conjuntura do entre - guerras, particularmente dos anos de 1930, BLS já não escondia de ninguém o seu desejo de ter participação mais ativa nos acontecimentos da vida nacional. Foi nesta década que esteve atento a todos os movimentos vindos da sociedade civil como da sociedade política de posse dos instrumentos excepcionais para a promoção do tão desejado progresso nacional, mais tarde denominado desenvolvimento nacional. Assim, não hesitou em abraçar a formalidade dessa participação elegendo-se deputado, como não deixou de prestar colaboração como agente público em cargos do executivo tanto federal quanto estadual, como veremos mais adiante.

O princípio de que o Estado deve representar o corpus da Nação numa simbiose perfeita e plenamente ajustada irrompeu sem barreiras na consciência de jornalista e do eterno estudioso do direito e de suas leis. A possibilidade de juntar a legitimidade com a legalidade, uma das muitas heranças do tio tão republicano quanto ele, tornar-se-ia uma permanente inspiração na vida de BLS. Da mesma forma, os exemplos de nações a superarem seus problemas decorrentes de diferentes origens e, com isso, se transformar em símbolos de nacionalidade bem sucedida o estimulava a prosseguir na senda da comunhão da informação com a doutrinação com base nos fundamentos do direito, área de conhecimento e atuação da qual jamais se distanciou por completo.

BLS nutria admiração pela ação política de Getúlio Vargas, com todas as ressalvas que eventualmente pudesse fazer em razão dos excessos cometidos por ocasião do Estado Novo. Mas a ideia de uma nação sob o comando de um Estado defensor da soberania e indutor do desenvolvimento era lhe de pleno agrado. Não se opôs sistematicamente como não o apoiou continuamente salvo em momentos cruciais para alavancar o progresso material que frequentemente sustentava como elemento central de uma sociedade nacional independente e cônica de seus deveres para com os seus cidadãos.

A identificação com o papel saliente do Estado como protagonista da nação nada mais era do que um compromisso que tinha com os pressupostos do republicanismo. Pressupostos estes que conformam o valor republicano tão pouco enfatizado à época, muito embora se praticasse durante os tempos de Vargas foram inúmeras vezes empunhado por BLS. Dele jamais se afastou, seja em períodos de crise política e institucional ou em momentos de pacificação dos atores mais destacados do universo pátrio.

Tanto no papel de jornalista como de administrador ou ainda de homem de idéias com forte propensão à prosa, através de muitas de suas crônicas sempre atentas aos problemas da nacionalidade, não há como deixar de registrar a sua inteireza republicana. É provável que tenha sido o cidadão brasileiro que mais tenha feito em defesa dos postulados da República tão capenga e desprovida de conteúdos efetivos no país. E esta afirmativa constatação fica evidenciada quando se compulsa o vasto material produzido durante toda a sua existência como homem público e ferrenho defensor da coisa pública, sem jamais titubear.

Mas o seu sentido de historiador esteve presente em vários momentos de seu trabalho jornalístico e literário. Dizia com sapiência que a História não pode ser isso que por aí anda – ao referir-se aos escritos dos que pretendiam examinar os acontecimentos da formação histórica brasileira pela imprensa - . “História é interpretação, ou a exposição de fatos, dentro do ambiente em que eles ocorrem.” E numa bem acertada observação concluiu seu relato:

Não antecipemos o sentimento da pátria brasileira, assim como não esqueçamos que não eram as mesmas de agora as normas a respeito de honestidade dos administradores, e dos, interesses que lhes nortearam a ação.

Com o término do Estado Novo, BLS foi um dos que participaram do novo arranjo político, quando foram sendo organizados os partidos políticos que não podiam durante a vigência do regime da ditadura funcionar. Um desses partidos foi o Partido Social Democrata (PSD), e o redator da carta programática do novo partido que surgia com base em grande parte nas interventorias do antigo regime foi precisamente BLS. Assim, no dia 17 de julho de 1945, ele juntamente com Agamenon Magalhães deu vida aquele que seria o maior de mais bem organizado partido do período de 1945 a 1964, nos vinte anos de interregno entre duas ditaduras.

A União Democrática Nacional (UDN) foi empurrada para a direita e cumpriu o papel de oposição à nova ordem social e política que o país conheceria com base exatamente nas iniciativas adotadas por Vargas quando do funcionamento do regime de força contra o qual se organizara a oposição em torno do movimento que resultou em partido político.

O PSD se juntaria ao PTB e esta aliança fez avançar a redemocratização à época tendo ambos ajudados a consolidar a legislação tanto proveniente da nova Constituição de 1946 quanto a que dera direitos trabalhistas às massas operárias num momento em que o Brasil dava seus primeiros largos passos na direção da consolidação dos rumos do capitalismo sob égide do estado nacional brasileiro. E BLS acompanhou essa tendência ao longo de sua participação na vida pública seja como parlamentar ou como jornalista e homem de ideias, um intelectual operante e diligente.

A sua integridade no trato da coisa pública em qualquer das funções que exerceria o credenciava junto a todas as correntes políticas. Dele podiam seus interlocutores discordar, mas jamais duvidar da sinceridade de suas ideias, todas fundadas no compromisso altruísta de dar condições para a grande emancipação nacional, sem o que os grandes obstáculos não seriam vencidos. Esta era a sua convicção e ele a conduziu com destemor tanto nos períodos de liberdade política quanto no de ditaduras.

O período do denominado processo de transição democrática, cujo marco maior foi a promulgação da Constituição de 1989, registrou a criação do Movimento em Defesa da Economia Nacional (MODECON), cerca de um mês antes do referido ato solene de promulgação na nova e democrática Constituição brasileira aq encerrar de forma alvissareira o fim do regime ditatorial e autoritário que vigia há mais de vinte anos. Na ocasião da criação do MODECON, Barbosa

Lima Sobrinho juntamente com o deputado Oswaldo Lima Filho, então presidente da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o País acompanhava o debate entre os que entendiam ser necessária a manutenção da orientação da política econômica do período dos governos militares e os que defendiam a mudança dessa orientação. Daí, o nome de batismo do Movimento concebido por esses dois parlamentares pernambucanos.

Para eles, era de fundamental importância destacar o critério dessa diferença, que não era meramente técnica. Tratava-se do princípio que consistia na defesa de uma política econômica que primasse pela sustentação de nossos interesses. Portanto, a necessidade de uma economia nacional e desenvolvimentista de cunho autossustentada e que impedisse a cobiça de grandes empresas internacionais voltadas para a expansão de seus negócios. Assim, em 4 de setembro do mesmo ano, de 1989, surgia uma entidade herdeira das lutas pela emancipação do País do jugo imperialista, tal como fora os que combateram o nazi-fascismo, os que se bateram pelo monopólio estatal do petróleo nacional brasileira, e os que fundaram em seguida a Liga de Emancipação Nacional (LEN), de curta duração, pois que imediatamente foi lamentavelmente fechada por ato do então recém eleito presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1956. Não tardou, contudo, que se constituísse ao longo do seu mandato a FPN, que entendeu ter necessidade de contar com um braço cidadão, de modo a ensejar a criação do MODECON.

Ao longo desses 30 anos de existência, o MODECON contou com a participação efetiva de grandes nomes da política e do pensamento democrático brasileira, tais como os generais Edgard Buxbaum, Nelson Werneck Sodré, o brigadeiro Rui Moreira Lima, o coronel Kardeck Leme, o antropólogo, ministro e senador Darcy Ribeiro, o empresário Fernando Gasparian, o engenheiro Pedro Castilhos, o advogado Edson Teixeira Queiroz, o professor e vereador do Rio de Janeiro Henrique Miranda e sua companheira da Campanha O Petróleo é Nosso e presidente emérita do MODECON Maria Augusta Tibiriçá Miranda, a grande líder da Campanha pela Anistia, Regina Von Der Weid, o engenheiro e militante comunista Isnard Barrocas, além dos ex-presidentes da ABI, Fernando Segismundo e Maurício Azedo, dentre tantas outras personalidades que já nos deixaram ou que ainda se encontram entre nós e cujas lembranças nos ocorre a toda hora. A todos a certeza de que se encontram PRESENTES.

Ao encerrar essas linhas em homenagem ao criador e eterno inspirador do MODECON vale a pena reproduzir um pouco de sua trajetória narrado por ele mesmo, bem como algumas sentenças que são tão atuais que merecem ser relembradas.

Minha mãe era irmã do velho Barbosa Lima. Meu pai era tabelião em Recife. O avô paterno era paraibano. Costumo dizer que minha família é uma espécie de Confederação do Equador. O velho Barbosa Lima era o ídolo da família, tanto que meu pai fez questão de que eu tivesse o nome do velho Barbosa Lima. Meu pai queria dar o nome de Sebastião ao primeiro filho. Minha mãe, Alexandre, caso não nascesse no dia 20 de janeiro. Como nasci depois...Fui Cintra Lima, inicialmente. Meu pai perguntou se concordava em ter como sobrenome o mesmo do velho Barbosa Lima. Nasceram 8 irmãos, a maioria mulheres, 5. Meu primeiro livro tinha o título de A Ilusão de Edgard. Foi editado pela Livraria Leite Ribeiro. Cheguei ao Rio em abril de 1921. Tinha estado antes, logo depois de formado, quando testemunhei a gripe espanhola. No meu livro A Verdade sobre a Revolução de Outubro, há um capítulo sobre o general Café, que fala da crise do café e da falta de providências. No JB fiz até uma série de artigos de críticas ao programa financeiro do governo de Washington Luís. Sempre achei que a Revolução de 1930 tinha sido resultado de uma luta entre os estados à procura de prestígio político, através da conquista da presidência. Esse foi o meu ponto de vista, e até hoje não me convenci de que estivesse errado. Meu livro Desde Quando Somos Nacionalistas? É um esquema geral da história do nacionalismo. É sucinto porque estudo ali as diversas fases da formação do nacionalismo brasileiro. Quando assumi o governo de Pernambuco havia grande escassez de energia elétrica. A Bond and Share era a responsável pelo serviço. (Entrevista ao CPDOC).

## Nove Anos de AI-5

Considero o 477 mais nocivo do que o AI-5, pois vai se refletir sobre gerações futuras, privando o Brasil de lideranças que, no futuro, ele necessitará. (Entrevista de Barbosa Lima Sobrinho ao PASQUIM).

## Nove Anos de AI-5

O aniversário do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 (e ainda há quem entenda que o número 13 é número de sorte), veio permitir que surgissem informações para esclarecimento de alguns pontos de sua decretação (...) O que é certo é que no momento em que foi adotado, o AI-5, o Brasil não enfrentava nenhuma guerra no exterior, nem se observava nenhum caso de grave comoção intestina, para usar a linguagem das constituições, quando condicionam o advento do estado de sítio, ou as medidas de segurança em geral (...) Quando o então ministro da justiça procurou defender a versão do Ato que havia apresentado (...) o vice presidente da República retrucou: “Discordo. A Revolução está institucionalizada pela Constituição de 1967, uma Constituição forte. O Ato lido agora vai institucionalizar a ditadura (Carlos Chagas. Impedimento e Morte de Um Presidente) conta-se que um antigo legislador de Atenas tinha tal horror ao homicídio, que não via para ele outra punição do que a da pena de morte. Um dia, um transeunte descuidado morre na rua, atingido por uma estátua, que caíra de seu pedestal. O legislador, que se chamava Dracon, não teve um minuto de hesitação e estendeu a pena de morte à estátua que caíra do pedestal numa decisão que desconfio que se pudesse contar com os aplausos entusiásticos do sr. Gama e Silva.

## Opiniões do MODECON

Brava Gente Brasileira

Longe vá temor servil

Ou ficar a Pátria Livre

Ou Morrer Pelo Brasil

(Estrilho do Hino da Independência, entoado ao final das atividades realizadas pelo MODECON, DESDE OS TEMPOS DE Barbosa Lima Sobrinho)

Este livro reúne alguns boletins que o MODECON fez circular entre os seus amigos ao longo dos últimos anos, sendo um deles alusivo ao seu fundador e patrono, todos organizados logo após o início dos mandatos na presidência do professor Lincoln de Abreu Penna, autor e organizador desta publicação e autor intelectual dos referidos conteúdos aqui reunidos. A responsabilidade pela divulgação das ideias contidas nos boletins expressou também boa parte do pensamento dos membros de sua diretoria.

A ideia de lançar essa coletânea opinativa a respeito de temas e fatos que marcaram os anos de 2012 a 2018, inclusive, foi motivada por uma necessidade: a de tornar conhecido o trabalho que a entidade criada pelo doutor Barbosa Lima Sobrinho, seu fundador e primeiro presidente ao longo de onze anos (1989-2000), e mantida e continuada pelo empenho da doutora Maria Augusta Tibiriçá Miranda, também por longos onze anos (2000-20011). Ambos firmaram um compromisso segundo o qual a defesa da economia nacional e da soberania do Brasil precisa ser permanentemente sustentada por brasileiros independente de suas vinculações políticas, partidárias e ou doutrinárias, pois o que importa é a defesa do patrimônio nacional.

Assim, desde 2011, o professor Lincoln de Abreu Penna vem dando continuidade à bandeira que fora içada e abraçada por inúmeros brasileiros, juntamente com um punhado de bravos patriotas. Assim, semanalmente, todas as segundas-feiras o MODECON se reúne e trata de questões relevantes, bem como procura manter viva a memória dos muitos brasileiros que em algum momento de nossa história destacou-se como defensor dos interesses de nosso povo. Desta forma, as evocações, lembranças e homenagens singelas prestadas aos bons lutadores são frequentemente objeto de atos e debates no espaço da ABI.

É com o objetivo de veicular esse esforço de conscientização, reflexão e defesa das tradições populares, que o MODECON tem se mantido e procura se manter como veículo das opiniões verdadeiramente libertárias. E essas opiniões julgamos precisam ser do conhecimento de muitos brasileiros que desconhecem ou mesmo conhecendo gostariam de tê-las reunidas num volume histórico dos últimos anos de trajetória do MODECON. Esta é a razão desta publicação. Seguem alguns momentos de manifestações do movimento cívico transformado em entidade cada vez mais comprometido com a sustentação da soberania nacional.

## Os 50 Anos do Golpe de 1964

O MODECON organizou um Painel sobre os 50 Anos da ditadura e repressão. Para não esquecer. Neste evento participaram Anita Leocádia Prestes, Arthur Poerner, Bolívar Meirelles, Carlos Eugênio Paz, Daniel Aarão Reis Filho, Fabiano Faria, João Dornelles, Mário Grabois, tendo como coordenador das mesas redondas Lincoln de Abreu Penna.

Com um público médio acima de 50 presentes, os palestrantes discutiram as participações de grupos civis organizados e de militares golpistas, assim como as interpretações do golpe e o significado do regime por ele instalado no Brasil após a derrubada do presidente João Goulart. E em todas as intervenções houve sempre a condenação dos responsáveis diretos pela repressão política desencadeada logo após a consumação do golpe arbitrário e ilegítimo.

Na verdade, o que se sublinhou neste Painel foi o cunho de classe a orientar através da ideologia do anticomunismo tanto os grupos civis quanto as facções militares temerosas de um fantasioso autogolpe de do presidente Jango. Foi igualmente destacada a interferência mais do que provada do governo norte-americano na trama que resultaria na interrupção da democracia representativa com a deposição de um presidente que exercia o governo constitucionalmente.

Claro que a conjuntura da época foi fortemente marcada pela vitória da Revolução Cubana em 1959, o que ocasionou a mudança da política externa dos EUA de modo a dar maior importância ao que se passava no continente americano. Usada como pretexto para frear ou sustar qualquer tentativa de libertação dos países da América Latina do jugo imperialista, a Revolução Cubana acabou sendo acusada de responsável pelo que acontecia na região.

Dentro da filosofia política do MODECON, cuja essência é a defesa e a conquista permanente da soberania nacional dos povos submetidos a pressões dos grandes e poderosos grupos econômicos internacionais, a realização desse evento foi uma importante contribuição à série de registros ocorridos em todo o território brasileiro a respeito da passagem dos 50 anos do golpe.

Inteiramente sintonizado com a Comissão da Verdade, o MODECON cerra fileira nesse momento de reflexão e ação, de modo a favorecer as forças que lutam pelo aprimoramento da democracia entre nós e nos países que integram a comunidade latino-americana, para que se pense seriamente na revisão da Lei da Anistia. Afinal, os crimes de lesa humanidade cometidos em nome do Estado não podem ser contemplados como se fossem meros desvios de conduta.

O desejo da maioria que se pronuncia pela revisão da Anistia não é o de punição pura e simplesmente dos agentes do Estado na repressão movida pelo regime ditatorial. À punição deve-se seguir a retratação, indispensável para a superação desses momentos. E posteriormente a necessária reparação às vítimas da truculência.

Além do mais, trata-se de um ato de reconhecimento de barbaridades perpetradas contra cidadãos brasileiros, enfim, a restauração da Verdade dos fatos encobertos pela censura, a prepotência dos que exerceram o poder de mando e de comando e a insensibilidade dos que presenciaram momentos de terror contra opositores ao regime.

A luta por um Brasil justo, democrático e capaz de atender celeremente às reivindicações do povo é a luta do MODECON e de todos aqueles que integram o contingente, que não para de crescer, dos indignados e desejosos de mudanças estruturais na sociedade brasileira. E esta luta começa com o conhecimento de fatos de nosso passado remoto e recente, de modo a que tenhamos consciência das nossas necessidades. E isto significa rigorosamente o sentido mesmo da Liberdade de um povo.

I

Boletim em Homenagem a Maria Augusta Tibiriçá Miranda

A Luta Continua

O vazio que o MODECON está sentindo com a morte de nossa Presidente de Honra, Maria Augusta Tibiriçá Miranda, leva-nos à reflexão sobre pessoas que devotaram suas vidas em defesa de princípios e valores humanitários. Essas pessoas são cidadãs do mundo, porque em qualquer lugar em que estejam sustentarão ideias e se mobilizarão a favor do povo e de seus anseios.

Maria Augusta foi uma dessas pessoas, e é um exemplo de altruísmo militante, em permanente consonância com os mais sentidos desejos da humanidade no que ela tem de mais fundamental, que é expressar a união em torno do bem comum, sem discriminações, preconceitos de toda ordem e espécie ou gênero. A cada ser humano dotado de valores compartilhados com todos os seus semelhantes, como praticava Maria Augusta, produz um estímulo a ser seguido por todos que acreditam na possibilidade de um mundo melhor.

Maria Augusta jamais se curvou diante da adversidade. Enfrentou-a com destemor, inteligência, brilho e perseverança. Reuniu pedaços de dor ao longo de sua trajetória de vida e seguiu seu destino de mulher de luta. Se alguma

orientação pudesse dar neste instante em que lamentamos sua perda diria para seguirmos em frente, pois a luta continua, gostava de dizer, e assim nos fazia crer na força que temos para superar obstáculos que parecem sempre, por vezes, quase intransponíveis, como agora em que sua voz se calou.

O MODECON continuará a empunhar o bastão que fora herdado por Maria Augusta, quando Barbosa Lima Sobrinho eternizou-se, tal como agora acontece com sua inigualável sucessora, que nos deixa a todos o bastão da continuidade da luta em prol da defesa de nossas riquezas, de nossa soberania nacional e continental e na não menos importante defesa dos interesses do povo brasileiro para quem tal patrimônio lhe pertence e precisa ser preservado.

O compromisso com as grandes bandeiras históricas do povo brasileiro, e entre elas não se deve esquecer a PETROBRAS, no momento objeto de forte pressão de forças antinacionais para retirar o monopólio estatal de seu povo, será mais do que nunca o farol a guiar as atividades, que em nome de seus grandes idealizadores e combativos brasileiros, Barbosa Lima Sobrinho e Maria Augusta Tibiriçá Miranda. Não, não deixaremos que isso venha a acontecer. O imperialismo não terá vez enquanto tivermos cidadãos conscientes do papel libertador das lutas nacionais, continentais (devemos assumir a nossa identidade latino-americana) e populares, nessa América Latina verdadeiramente independente, que há de se constituir de vez.

Por fim, o MODECON comunica que este ano vai privilegiar em sua agenda uma série de debates tendo como tema predominante à unidade latino-americana. Mais do que em outros tempos é preciso que se reforcem os laços de irmandade dos povos da região, guardando cada nação sua história, tradições, costumes e independência em relação aos seus coirmãos, mas tendo claro o combate à ganância de interesses que cobiçam as nossas riquezas e recursos naturais.

E a cada momento em que estivermos fortalecendo os nossos laços de irmandade continental latino-americano estaremos pensando nas diretrizes traçadas por quem nos antecedeu nessa caminhada, em especial e mais recentemente na Mulher de Luta Maria Augusta Tibiriçá Miranda, cuja memória estará sempre PRESENTE!

### III

Boletim dedicado ao escritor Eduardo Galeano

Seguem os resumos dos depoimentos apor ocasião da homenagem que o MODECON prestou ao escritor Eduardo Galeano, nesta segunda-feira, dia 27 do mês de Abril.

Inicialmente o texto resumido do depoimento do presidente do MODECON, e em seguida, a súmula do depoimento de Beatriz Bissio em espanhol.

Eduardo Galeano, um intelectual militante

Não conheci pessoalmente Eduardo Galeano, mas conheci suas ideias e seus ideais. Com ele aprendi a desvendar significados e a compartilhar interpretações de realidades. Nasceu em 1940 num momento em que a Segunda Guerra Mundial conhecia uma histórica reviravolta, a começar pela Batalha de Moscou (1940) e em seguida pela Batalha de Stalingrado (1942-43), quando o comandante dos exércitos nazistas Friedrich Paulus rende-se ao exército vermelho e faz sucumbir o Nazifascismo. E nós da geração nascida durante a Guerra (1939-1945) passamos a acompanhar os desafios que têm se imposto à utopia do vir-a-ser transformador e libertário

Pelas afinidades afetivas em relação ao povo latino-americano Galeano produziu uma obra magistral, cuja capacidade de desvelar a alma da gente desse continente foi feita plena de sensibilidade e comprometimento com seu futuro. Ele soube retratar a amargura de nossos povos, que tirava forças para resistir à adversidade com destemor e inteligência. E com destemor e inteligência soube entender a realidade comum dos povos que compõem o nosso mosaico humano e cultural, sempre levado pela paixão das coisas simples, próprias do povo, que foi seu inspirador e principal protagonista de seus escritos.

Os intelectuais costumam dotar de racionalidade as ações humanas. Galeano buscou o tempo todo conjugar o conhecimento histórico com a cultura política e cidadã que habita o comportamento de povos submetidos aos processos de exploração que têm feito a nossa pré-história, de acordo com o que assim pensava o filósofo alemão Karl Marx, para quem se a história da sociedade se caracteriza pela existência de classes sociais é porque nos encontramos ainda em nossa pré-história, uma vez que a história só virá com a extinção das classes e da exploração do homem pelo homem.

Vinha Galeano, em seus escritos mais recentes, introjetando como poucos a alma popular, de modo a conhecê-la e, com isso, identificar-se ainda mais com o povo, que como ele ama a vida a despeito de suas agruras e absurdas incongruências. “Deixou-nos Galeano na situação de órfãos de seu talento criativo e instigante,

mas na lógica dialéctica das perdas humanas, sua imagem estará doravante mais e mais presente entre nós latino-americanos e cidadãos do mundo.

Galeano, Inmortal

"Acabo de recibir la noticia de la muerte de Eduardo Galeano, un ser humano y un escritor de extraordinario valor!

Tuve el privilegio de conocerlo en 1974, en Buenos Aires, cuando allí legamos con mi compañero, Neiva Moreira, en el contexto de la resistencia a las dictaduras instaladas en Brasil, Chile, Uruguay. En la editora La Línea, que acogió el proyecto que compartíamos con Pablo Piacentini de lanzar una revista - Cuadernos del Tercer Mundo - conocí a Galeano, gran amigo de Neiva. Juntos habían trabajado, con otros socialistas, en "El Oriental", un semanario que circulaba en Uruguay, antes de la dictadura, gracias al empeño de soñadores y quijotescos militantes que no solo nada cobraban sino que financiaban, en gran medida, esa publicación.

Ya exilado, en 1974 Galeano editaba, en Argentina, la revista "Crisis", donde también conocí a su colab orador y amigo, Eric Nepomuceno. A partir de entonces, la amistad se consolidó y Galeano fue un colaborador asíduo de Cuadernos de Tercer Mundo, incluso cuando ya era un escritor reconocido en todo el mundo.

Físicamente Galeano nos dejó este 13 de abril. Pero ya era inmortal antes de su muerte, como sucede con los hombres y mujeres que pautan su vida y su obra por las grandes causas de la Humanidad.

Sin duda fue un privilegio haber contado con su seductora palabra y su agudo comprometido y singular análisis de la realidad en las páginas de la revista!

Mi homenaje, en nombre del equipo que con él convivió através de las páginas de Cuadernos del Tercer Mundo, a un de los grandes del siglo 20, que supo, como pocos, comprender los desafíos del siglo 21."

Beatriz Bissio

Miembro del equipo

Cuadernos del Tercer Mundo

#### IV

##### Boletim dedicado à Questão das Nacionalidades

O Nacionalismo hoje em dia deve se pautar pelo princípio do reconhecimento das múltiplas nacionalidades, que irmanadas e interagindo formam o conjunto diverso e rico dos povos e de suas identidades. O velho e surrado nacionalismo do passado, pleno de elementos chauvinistas, extremados e fechado em si mesmo, não tem mais sentido neste mundo cada vez mais integrado pelas redes sociais a unificar pleitos comuns da cidadania. Nestes pleitos se sobressaem os valores da paz e da justiça social a conviver, infelizmente, com o ódio disseminado por correntes que se encontram na contramão da humanidade.

Essas correntes contrárias aos interesses da grande maioria são as responsáveis atualmente pela discriminação de refugiados de guerra, e reforçam os movimentos ultranacionalistas de tendências neofascistas numa Europa que vem conhecendo ondas conservadoras a influenciar representantes e representados em diversos países. Em alguns casos, quebrando as tradições de hospitalidade que caracterizaram essas sociedades nacionais. Contudo, deve-se salientar que o repúdio a essas atitudes tem crescido, de modo a impedir o sucesso dos movimentos retrógrados.

É na adversidade que se conhece a verdadeira solidariedade. E nestas horas a rejeição ao outro, isto é, a levas de imigrantes forçados pelas circunstâncias de vida a fugirem das atrocidades e de confrontos violentos, demonstra o quanto é importante entender o espírito nacional aberto à integração multinacional. É este espírito de conagração, que deve inspirar o nacionalismo de hoje, pois não há qualquer contradição entre nacionalismo e internacionalismo, como no passado chegou a ser considerado. A oposição presentemente se encontra demarcada pelos que sustentam a liberdade de locomoção e os que reagem ao convívio com os refugiados.

O MODECON reconhece o valor da soberania nacional dos povos do mundo inteiro e tem consciência de que o que é válido para um país e sua gente deve ser válido para outros países e suas populações, pois só assim deixamos de lado o egoísmo e proclamamos verdadeiramente a fraternidade universal, conquista esta que ainda se encontra distante de nossos horizontes em razão da usura capitalista a promover guerras e conflitos com vistas a fazer valer os seus negócios.

Diante do panorama atual, no qual sírios, afegãos, iraquianos e contingentes sociais oriundos de outras procedências nacionais forçados a deixarem seus países de origem em busca de suas sobrevivências é que

chamamos atenção para a importância da tolerância. Trata-se de um instrumento indispensável para que se chegue à paz e à justiça social. Sem que se consiga alcançar esses objetivos dificilmente assistiremos o término das cenas de tragédia humana que são veiculadas diariamente na mídia, como um espetáculo para olhares que acabam por naturalizar essas situações, além de transmitir às novas gerações a sensação de um mundo mal, insuportável para se viver com alegria e entusiasmo, elementos que devem embalar os mais jovens.

Mas se essas cenas de horror acontecem com frequência no plano mundial, não se devem esquecer aquelas que diariamente são registradas em cada uma das nacionalidades igualmente vítimas da intolerância, seja ela de natureza religiosa, ideológica ou simplesmente discriminatória em razão de etnias distintas. Desse modo, se as nacionalidades não se conformam num ambiente de harmonia e de apoio mútuo, o que dizer daquelas nacionalidades que internamente não conseguem produzir um arranjo capaz de se construir a felicidade comum a todos, mesmo tendo em vistas as desigualdades sociais.

A chama do nacionalismo moderno e progressista deve ser a mesma que embala o internacionalismo solidário e construtor de uma humanidade que não se deixe ficar refém de interesses escusos e mesquinhos. Partilhar um interesse comum além de fronteiras de todo tipo, eis a chave através da qual se estará erguendo uma nova forma de convívio social. Chamem-na de socialismo sem adjetivações ou de sociedade comunitária e solidária, o que importa é a determinação dos povos em defender suas origens, suas identidades, sem que elas se oponham a de outros povos irmãos no caminho de um destino comum.

V

Boletim sobre o atual sistema político brasileiro

O sistema está senil

Estou convencido que estamos no estertor de um modo de vida, cujo sistema que o embalou se encontra em estado de senilidade. Como ocorre com paciente terminal, a degenerescência atingiu um estágio que não tem volta. Ou se mantém insano ou tende inexoravelmente para sua finitude.

Refiro-me ao modo de vida capitalista tanto em sua dimensão global, aí incluindo todo o sistema de poder que ainda opera as relações econômicas e políticas de todo o mundo, como na dimensão local, ou seja, no caso específico da sociedade brasileira a experimentar esse processo de forma dramática por se tratar de uma sociedade das mais desiguais e de importância estratégica para a geopolítica de um sistema que ainda vai se perpetuar enquanto não se desintegrar definitivamente.

A senilidade apresenta quadros de desespero em virtude de minar as resistências de um corpo vivo. E essas manifestações são costumeiramente agressivas, ora exibindo situações de exteriorização, ora de interiorização. Em ambos os casos são sintomas do próprio processo da degenerescência do corpo, seja ele de um ser individual ou de um ser social. Claro que aqui estamos a falar deste último e é sobre ele que me deterei um pouco mais a seguir.

Numa sociedade moderna organizada com base em instituições políticas clássicas, também entendidas como democráticas, muito embora esta definição para caracterizá-las é no mínimo discutível, os primeiros sinais de sua senilidade se encontram precisamente em torno delas, de seu funcionamento. O exemplo do parlamento é, sem dúvida, o mais cristalino, não obstante tal sinal possam ser igualmente encontrados nos demais poderes ou instituições que se regulam como sistemas interconectados.

Assim o judiciário e o executivo, bem como todas as outras instituições que dão cobertura e funcionalidade a esses sistemas modernos também podem apresentar quadros de senilidade precoce ou mais avançada, de acordo com os critérios que se levem em conta para apreciar o comportamento sistêmico dessas instituições. Todas elas, enfim, são afetadas quando a senilidade começa a se manifestar.

O pior é que quando isso acontece como agora está acontecendo de maneira permanente o cidadão do povo é o primeiro a sofrer as suas consequências perniciosas. Os representantes das instituições doentes buscam sofregamente manter-se à custa do povo, através de toda sorte de artifícios legais

ou não, mas sempre ilegítimamente, mesmo que por vezes amparados por dispositivos legais. Até porque a legitimidade está frequentemente do lado do povo.

Ao contrário de doenças oportunistas que agridem um corpo sadio, passíveis de serem combatidas mediante tratamento medicamentoso com vistas à recuperar a saúde, o corpo senil não se recupera, justamente porque se trata de um mal degenerescente e, portanto, irreversivelmente submetido ao processo de envelhecimento progressivo até o seu esgotamento. Assim também acontece com as sociedades e seus sistemas funcionais pactuados e organizados institucionalmente.

Diante desse quadro há dois caminhos. Ou se deixa exaurir a senilidade de um sistema, no caso do capitalismo; ou bem se busca apressar seu fim, o que implica em ações propositivas e consequentes, digamos revolucionárias, como se fosse um tratamento de choque num corpo doentio, para que se tenha uma saída que restaure a cidadania nas sociedades que estejam atravessando tal situação agônica.

No Brasil como de resto na totalidade dos países que sofrem o mesmo processo de senilidade, o caminho para a sua redenção é unir as forças vivas dessa sociedade cada vez mais maltratada para se superar e encontrar uma alternativa que lhe poupe dos sacrifícios que têm enfrentado. Não é mais possível conviver-se com o agravamento da violência e o massacrante tratamento dado ao povo por parte de suas classes dominantes, exclusivamente voltadas para o seu umbigo.

A violência maior está nos podres poderes de um regime que é a antítese do que se proclama, pois de república nada tem. Por mais que fiquemos indignados com a violência das ruas, dos assaltos à luz do dia, e dos crimes sem outra motivação senão o do ganho fácil de um objeto cobiçado por parte de quem foi excluído do sistema, é preciso que todos acordem e entendam que a violência maior, mãe de todas elas é a do verdadeiro poder político que expressa o interesse dos grandes capitalistas.

## Boletim: A Miséria da Política

O mundo assiste ao empobrecimento das ideias e sua consequência mais visível, a miséria da política. Mesmo em tempos de fúria e crise aguda a política nunca foi tão massacrada pelos indivíduos plenos de insatisfação em face do mal estar em que vivem. Esses indivíduos atribuem a responsabilidade pelos tempos nebulosos que vivemos a políticos e à política, sem distinguirem as práticas políticas equivocadas e desonestas como se estas derivassem necessariamente da política.

Os indicadores que atestam a vitalidade de uma sociedade sadia, em condições de desenvolver todas as suas potencialidades, geralmente apresentam como síntese a sua organização social e política. E tem sido assim ao longo do tempo, de maneira a definir um grau de evolução civilizatória na qual a dimensão política sempre foi a sua mais nítida representação. E não importa se essas instituições atendem prioritariamente a interesses de classes ou de grupos desde que os princípios plenamente democráticos sejam observados.

O exercício da cidadania é próprio da construção da democracia moderna. Cultivá-la e aperfeiçoar suas práticas é uma tarefa dos que herdaram os valores e princípios caros da humanidade em seu inexorável processo de transformação qualitativa da vida. Mesmo com a expansão capitalista os bens propiciados pelo cultivo de uma cultura política de tolerância, mediada por leis decorrentes de pactos de coexistência pacífica, prosperaram e isto fortaleceu a sociedade contemporânea.

O filósofo alemão Karl Marx identificou a lei histórica segundo a qual no desenvolvimento das forças produtivas ocorrem mudanças nas relações de produção, necessárias e até independentes da vontade dos que detém o poder político. Resultando daí o advento das revoluções ou mais especificamente da revolução social, que implica necessariamente em modificações na esfera política e institucional. Estas podem surgir através de formas violentas conduzidas por forças sociais organizadas ou se processar paulatinamente até a exaustão das velhas relações sociais a reclamarem a ação inteligente e ativa das classes emergentes e vocacionadas a exercerem o seu papel revolucionário.